Sindicato dos Funcionários Judiciais

Departamento de
FORMAÇÃO

APOIO AOS CANDIDATOS AO INGRESSO NAS CARREIRAS DO GRUPO DE PESSOAL OFICIAL DE JUSTIÇA

SIMULAÇÃO DA PROVA DE EXAME

Sindicato dos Funcionários Judiciais

Departamento de FORMAÇÃO

Título: Apoio formativo

Tema: Modelo de prova de ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça.

Autor: Departamento de Formação do Sindicato dos Funcionários Judiciais.

Formadores: Diamantino Pereira, Carlos Caixeiro, João Virgolino.

Data: abril - 2023

Informações:

Sindicato dos Funcionários Judiciais

Rua João da Silva, 24 - A

1900-271 LISBOA

Telefone: 2123514170

Fax: 2123514178

PROVA DE INGRESSO
NAS CARREIRAS DO GRUPO
DE PESSOAL OFICIAL DE JUSTIÇA

PROVA MODELO

Esta é uma **prova modelo**, não vinculativa e da inteira responsabilidade do Departamento de Formação do Sindicato dos Funcionários Judiciais, que visa apoiar os candidatos, através de algumas questões referentes a cada módulo, do tipo de perguntas e respetivas hipóteses de resposta, segundo a técnica de "resposta múltipla".

A cada questão corresponde apenas uma resposta completa e correta.

PROVA DE INGRESSO NAS CARREIRAS DO GRUPO DE PESSOAL OFICIAL DE JUSTIÇA

I – PROCESSO CIVIL

1		Uma determinada ação de processo especial, foi distribuída na 3.ª espécie a um definido juízo local cível. Esta espécie de distribuição está correta?
	A	Não, deveria ter sido distribuída na 2.ª espécie.
	B	Não, deveria ter sido distribuída na 8.ª espécie.
	C	Correta.
	D	Nenhuma das afirmações está correta.

2		Numa ação declarativa comum, intentada na instância central de Setúbal, o oficial de justiça citou o réu, residente numa localidade situada na freguesia da Quinta do Conde, concelho de Sesimbra, para oferecer a sua defesa no prazo de 30 dias, decorridos 10 dias de dilação. Procedeu corretamente?
	A	Sim, porque o réu foi citado fora da área da comarca do tribunal onde pende a ação.
	B	Sim, porque a citação foi realizada em pessoa diversa do réu.
	C	Não.
	D	Nenhuma das afirmações está correta.

3		Os procedimentos cautelares revestem sempre caráter urgente, precedendo os respetivos atos qualquer outro serviço judicial não urgente. Esta afirmação está correta?
	A	Não, porque tem que se respeitar as datas dos atos ordenados pelo juiz.
	B	Não.
	C	Sim.
	D	Nenhuma das afirmações está correta.

4		Suponha que exerce funções, como escrivão auxiliar, no juízo de competência genérica da Praia da Vitória e encontra-se arrolado como testemunha para uma determinada audiência de discussão e julgamento, nuns autos de ação declarativa comum a correr ter-mos no juízo local cível de Angra do Heroísmo. Assinale a forma como deve ser convocado.
	A	Através de aviso, expedido pelo correio, sob registo.
	B	Através de ofício enviado para o seu domicílio profissional.
	C	Através de requisição, para o seu superior hierárquico.
	D	Através de ofício enviado, pelo correio, com aviso de receção.

5		Numa determinada ação especial, pendente no juízo local do Funchal, um determinado perito, residente no Funchal, foi notificado pessoalmente, no dia 3 de abril, para, no prazo de 10 dias, apresentar o relatório da peritagem. Esclareça, atendendo ao calendário infra, em que data terminaria o prazo para a apresentação do referido relatório.
	A	20 de abril.
	B	21 de abril.
	C	22 de abril.
	D	24 de abril.

6		Suponha que, na mesma ação um outro perito, residente em Ponta do Sol, foi notificado para o mesmo efeito, por carta registada expedida no dia 4 de abril. Esclareça, atendendo ao calendário infra, em que data terminaria o prazo para a apresentação do referido relatório.
	A	19 de abril.
	B	20 de abril.
	C	24 de abril.
	D	21 de abril.

7		Num determinado procedimento cautelar o requerido foi citado, pessoalmente, para deduzir oposição no dia 13 de abril. Esclareça, atendendo ao calendário infra, em que data terminaria o prazo para a apresentação da oposição.
	A	20 de abril
	B	21 de abril.
	C	24 de abril.
	D	26 de abril.

ABRIL – 2023						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	**SAB**
						1
2	3	4	5	6	**7**	**8**
P	10	11	12	13	14	**15**
16	17	18	19	20	21	**22**
23	24	**25**	26	27	28	**29**
30						

7 - Sexta-feira santa
9 - Páscoa
25 - Dia da Liberdade

MAIO – 2023						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	**SAB**
	1	2	3	4	5	**6**
7	8	9	10	11	11	**13**
14	15	16	17	18	19	**20**
21	22	23	24	25	26	**27**
28	29	30	31			

1 - Dia do trabalhador

8		Numa execução comum sob a forma sumária, fundada em título de crédito, o agente de execução procedeu à penhora sem se encontrar junto ao processo o respetivo original do título. Procedeu corretamente?
	A	Não.
	B	Sim, porque bastar estar junto aos autos o título de crédito digitalizado.
	C	Sim, o original só é junto se o juiz o entender necessário.
	D	Nenhuma das afirmações está correta.

9		As notificações ao Ministério Público são efetuadas por via eletrónica, através do sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais e presumem-se efetuadas no terceiro dia posterior ao do envio da notificação, ou no primeiro dia útil seguinte a esse, quando o não seja. Esta afirmação está correta?
	A	Não, as notificações presumem-se efetuadas no próprio dia da notificação.
	B	Não, as notificações também podem ser efetuadas por carta registada.
	C	Sim.
	D	Não, as notificações também podem ser efetuadas por aviso simples.

10		As notificações avulsas não admitem oposição, devendo os direitos respetivos ser exercidos nas ações próprias. Esta afirmação está correta?
	A	Sim.
	B	Não.
	C	Não, mas antes da distribuição têm o despacho do juiz de direito.
	D	Não, os direitos podem ser exercidos imediatamente.

11		A autora Berta intentou uma ação de divórcio sem o consentimento do cônjuge o réu Daniel. Com a petição inicial, juntou uma procuração a um determinado advogado e não existe qualquer outra peça processual. Suponha que exerce as funções de escrivão auxiliar num determinado juízo de família e menores e o Sr. Xavier, que se identificou como irmão do réu, pretende consultar este processo. Indique a afirmação correta?
	A	Xavier pode ter acesso ao processo.
	B	Xavier pode ter acesso ao processo com a constituição de mandatário.
	C	Xavier não pode ter acesso ao processo.
	D	Xavier pode ter acesso restrito ao processo

12		Salvos os casos de urgência, deve a secretaria fazer os processos conclusos, continuá-los com vista ou facultá-los para exame, passar os mandados e praticar os outros atos de expediente. Indique o prazo para a prática destes atos?
	A	Imediatamente.
	B	Logo que possível, não excedendo os 10 dias.
	C	5 dias.
	D	10 dias.

13		Suponha que exerce as funções de escrivão auxiliar num determinado juízo cível e o autor pediu-lhe uma certidão de uma peça processual. Entretanto, já passaram 9 dias, e não conseguiu passar a certidão. O autor pode requerer ao juiz que mande passar a certidão ou fixe um prazo para ser passada?
	A	Não.
	B	Sim.
	C	Não, porque tenho 10 dias para passar a certidão.
	D	Não, porque posso passar a certidão, em qualquer momento.

14		Suponha que foi nomeado escrivão auxiliar e exerce funções num juízo local cível. Entretanto, recebeu um determinado requerimento para um processo de inventário judicial. Porém, teve dúvidas sobre a legalidade da junção desse requerimento. Como deve proceder?
	A	Notificar, oficiosamente, a parte contrária.
	B	Notificar, oficiosamente, todos os sujeitos processuais.
	C	Apresentar o requerimento ao Ministério Público.
	D	Submeter a despacho, avulsamente.

15		O réu é citado para contestar, sendo advertido no ato da citação da consequência da falta de contestação. Esta afirmação está correta?
	A	Sim.
	B	Não.
	C	Não, o réu é citado para se fazer representar por advogado.
	D	Não, o réu é citado para juntar documentos.

II – PROCESSO PENAL

16		Mostra-se restringido o segredo de justiça, sendo em regra o processo público, só se justificando a aplicação do regime de segredo de justiça, durante a fase de inquérito, quando a publicidade prejudique a investigação ou os direitos dos sujeitos ou participantes processuais. Que formalismos devem ser observados por forma a ser determinado a sujeição do processo, a segredo de justiça.
	A	Sempre que o Ministério Público entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode classificar o processo em segredo de justiça.
	B	No decurso do inquérito, o juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais. Por outro lado, sempre que o Ministério Público entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode determinar a sujeição do inquérito a segredo de justiça, ficando essa decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução no prazo máximo de 72 horas.
	C	O segredo de justiça vigora durante a fase de inquérito e de instrução, podendo ser requerido o seu levantamento, pelo arguido, pelo assistente ou pelo ofendido a partir da decisão instrutória.
	D	O segredo de justiça vigora durante a fase de inquérito.

17		Em processo na fase de inquérito, o Ministério Público procedeu, por despacho, ao arquivamento do mesmo por não ter sido possível obter indícios suficientes da verificação de crime ou de quem foram os agentes. O referido despacho é comunicado ao assistente, ao denunciante com faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do artigo 75.º, bem como ao respetivo defensor ou advogado. Não correndo este inquérito contra pessoa determinada, indique de que forma deve a notificação ser efetuada ao denunciante ?
	A	Por contacto pessoal.
	B	Por via postal simples com prova de depósito.
	C	Por via postal registada com prova de receção.
	D	Por via postal simples sem prova de depósito.

18		Num inquérito, o Ministério Público deduziu acusação contra o arguido a quem foi aplicado termo de identidade e residência, como medida de coação. O despacho de acusação foi comunicado ao arguido, por via postal simples, cuja carta foi expedida no dia 5 de maio, e depositada no dia 8 do mesmo mês. Por lapso na introdução do endereço eletrónico, o advogado do arguido veio a ser notificado por correio eletrónico expedido no dia 11 de maio. Pretendendo o arguido requerer a abertura da instrução indique até que momento pode o mesmo praticar o ato, atendendo ao calendário infra, sem recurso ao período de condescendência da multa.
	A	O prazo limite para a prática do ato, sem multa, seria o dia 2 de junho.
	B	O prazo limite para a prática do ato, sem multa, seria o dia 11 de junho.
	C	O prazo limite para a prática do ato, sem multa, seria o dia 3 de junho.
	D	O prazo limite para a prática do ato, sem multa, seria o dia 1 de junho.

MAIO								JUNHO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	**SAB**		**DOM**	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	**SAB**
					1	**2**			1	2	3	4	5	**6**
3	4	5	6	7	8	**9**		**7**	8	9	**10**	11	12	**13**
10	11	12	13	14	15	**16**		**14**	15	16	17	18	19	**20**
17	18	19	20	21	22	**23**		**21**	22	23	24	25	26	**27**
24	25	26	27	28	29	**30**		**28**	29	30				
31														

1 - Dia do trabalhador

10 - Dia de Portugal

19		Em processo comum, o pedido de indemnização civil fundado na prática de um crime é deduzido no processo penal, só o podendo ser em separado em determinados casos. Até que momento pode o assistente deduzir no processo penal, tal pedido?
	A	Desde que tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil até ao encerramento do inquérito, o assistente pode apresentar o pedido civil até 20 dias depois da notificação do despacho que recebe a acusação.
	B	Desde que tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil até ao encerramento do inquérito, o assistente pode apresentar o pedido de indemnização civil no prazo de vinte dias a contar da notificação do despacho de acusação ou não o havendo do despacho de pronúncia.
	C	Quando o pedido seja apresentado pelo assistente, o mesmo é deduzido na acusação ou, em requerimento articulado, no prazo em que esta deva ser formulada.
	D	Podia apresentar o pedido de indemnização civil até ao saneamento do processo.

20		Num inquérito, o Ministério Público deduziu acusação contra uma arguida pessoa coletiva ou entidade equiparada. Indique de que forma a notificação deve ser efetuada.
	A	Por via postal registada com prova de receção.
	B	Por via postal simples sem prova de receção
	C	Mediante a afixação de um edital na porta da última sede ou local onde funcionou normalmente a administração da pessoa coletiva ou entidade equiparada e outro nos lugares que a junta de freguesia desse mesmo local destine para o efeito, seguida da publicação de anúncio na área de serviços digitais dos tribunais.
	D	Por via postal simples com prova de depósito ou por contacto pessoal com o seu representante.

21		Num processo pela prática de um crime, em casos de criminalidade violenta ou altamente organizada, no qual existem arguidos presos preventivamente, qual o prazo de duração máxima da medida de coação de prisão preventiva, sem que tenha havido condenação em 1.ª instância.
	A	1 ano e dois meses.
	B	2 anos.
	C	8 meses.
	D	1 ano e seis meses.

22		O Ministério Público encerrou o inquérito e deduziu acusação. Indique a quem deve ser notificado o despacho de acusação?
	A	O despacho de acusação é comunicado ao arguido, ao assistente, ao denunciante com faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do artigo 75.º, bem como ao respetivo defensor ou advogado.
	B	O despacho de acusação é comunicado ao arguido, ao denunciante com faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do artigo 75.º.
	C	O despacho de acusação é comunicado ao arguido, na pessoa do seu defensor, ao assistente, na pessoa do seu advogado, ao denunciante com faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do artigo 75.º.
	D	Nenhuma resposta está correta.

23		Depois de recebida a acusação no tribunal do julgamento, o presidente ordena, por despacho, a notificação dos arguidos A), B) e C), para contestar e apresentarem, querendo, o rol de testemunhas, em 20 dias. Todos eles, residem fora da área da Comarca onde corre o processo, e foram notificados em dias diferentes, a saber: O arguido A) considerado notificado em 04 de maio O arguido B) considerado notificado em 11 de maio O arguido C) considerado notificado em 21 de maio Esclareça, atendendo ao calendário abaixo, em que data terminaria o prazo para a apresentação da contestação, relativamente ao arguido A) com recurso à multa pela prática do ato fora do prazo.
	A	Dia 28 de maio.
	B	Dia 03 de junho.
	C	Dia 16 de junho.
	D	Dia 04 de junho.

MAIO								JUNHO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	**SAB**		**DOM**	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	**SAB**
					1	**2**			1	2	3	4	5	**6**
3	4	5	6	7	8	**9**		**7**	8	9	**10**	11	12	**13**
10	11	12	13	14	15	**16**		**14**	15	16	17	18	19	**20**
17	18	19	20	21	22	**23**		**21**	22	23	24	25	26	**27**
24	25	26	27	28	29	**30**		**28**	29	30				
31														

1 - Dia do trabalhador

10 - Dia de Portugal

24		Cabe ao funcionário de justiça proceder à chamada das pessoas que devam intervir na audiência de julgamento. Se faltar alguma das pessoas que devam intervir, o funcionário de justiça faz nova chamada após o que comunica verbalmente ao presidente o rol dos presentes e dos faltosos. Declarada aberta a audiência, indique qual a ordem da produção de prova que o funcionário de justiça deve ter em conta, sem prejuízo da alteração que possa vir a ser ordenada.
	A	a) Declarações do arguido; b) Meios de prova indicados pelo Ministério Público, pelo assistente e pelo lesado; c) Meios de prova indicados pelo arguido e pelo responsável civil.
	B	a) Meios de prova indicados pelo Ministério Público, pelo assistente e pelo lesado; b) Declarações do arguido; c) Meios de prova indicados pelo arguido e pelo responsável civil
	C	a) Declarações do arguido; b) Meios de prova indicados pelo arguido e pelo responsável civil; c) Meios de prova indicados pelo Ministério Público, pelo assistente e pelo lesado.
	D	O presidente determina, caso a caso, a ordem de produção da prova.

25		O Ministério Público, em determinadas circunstâncias, deduz acusação para julgamento em processo especial abreviado. Recebidos os autos na fase de julgamento, o juiz conhece das questões prévias ou incidentais, e se não rejeitar a acusação, designa dia para audiência, regulando-se o julgamento pelas disposições relativas ao processo comum. Com efeito, será o arguido notificado desse despacho, bem como, para apresentar, em 20 dias, a sua contestação, querendo, acompanhada do rol de testemunhas. Esclareça, atendendo ao calendário abaixo, em que data terminaria o prazo, sem multa, para a apresentação da contestação, atendendo a que o arguido se considera notificado no dia 13 de julho.
	A	Em 22 de setembro.
	B	Em 2 de agosto.
	C	Em 7 de agosto.
	D	Em 19 de setembro.

JULHO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

16 a 31 – Férias judiciais

AGOSTO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

1 a 31 – Férias judiciais

SETEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

26		O escrito a que houver de reduzir-se um ato processual de notificação por contacto pessoal, de um interveniente processual, é no final, assinado pelo funcionário de justiça que tiver feito a redação, bem como pelo notificando. No caso do notificando, cuja assinatura é obrigatória, não puder ou se recusar a assinar, indique, dos abaixo indicados, qual o procedimento que se mostra adequado:
	A	Recusando-se o notificando a assinar o auto de notificação, o funcionário de justiça, dá-lhe conhecimento de que os elementos constantes do mesmo ficam à sua disposição na secretaria judicial.
	B	No caso de qualquer da pessoa cuja assinatura for obrigatória não puder ou se recusar a prestá-la, o funcionário declara no auto essa impossibilidade ou recusa e os motivos que para elas tenham sido dados.
	C	Quando seja necessária a assinatura e exista uma impossibilidade ou recusa, o auto de notificação é assinado por duas testemunhas que reconheçam a pessoa a notificar, que podem ser outros funcionários de justiça.
	D	Nenhuma resposta se mostra correta.

27		É permitido recorrer dos acórdãos, das sentenças e dos despachos cuja irrecorribilidade não estiver prevista na lei. Suponha que o arguido, representado por advogado, apresentou um requerimento de interposição de recurso da sentença, no 2.º dia posterior ao termo do prazo, sem ter sido paga imediatamente a multa devida. Indique, quais os procedimentos a ter em conta, e qual o montante da multa aplicável:
	A	Praticado o ato no 2.º dia posterior ao termo do prazo sem ter sido paga imediatamente a multa devida, logo que a falta seja verificada, a secretaria, independentemente de despacho, notifica o interessado para pagar a multa mais elevada, correspondente ao 3.º dia. O montante da multa aplicável será de € 204,00.
	B	Praticado o ato no 2.º dia posterior ao termo do prazo sem ter sido paga imediatamente a multa devida, logo que a falta seja verificada, a secretaria, independentemente de despacho, notifica o interessado para pagar a multa no montante € 102,00.
	C	Praticado o ato em qualquer dos três dias úteis seguintes sem ter sido paga imediatamente a multa devida, logo que a falta seja verificada, a secretaria, independentemente de despacho, notifica o interessado para pagar a multa, acrescida de uma penalização de 25 % do valor da multa. O montante global da multa será no montante de € 127,50.
	D	Nenhuma resposta se mostra correta.

III – CUSTAS PROCESSUAIS

28		Das afirmações a seguir indicadas, assinale a que não se encontra completamente correta:
	A	As custas processuais abrangem a taxa de justiça, os encargos e as custas de parte.
	B	Salvo disposição em contrário, as multas são pagas no prazo de 10 dias após o trânsito em julgado da decisão que as tiver fixado.
	C	O pagamento da taxa sancionatória excecional é feito mediante a emissão e remessa de guia e respetivo DUC, para a parte responsável pelo pagamento no prazo de 10 dias, após trânsito em julgado da decisão que a fixou.
	D	Nos processos cuja taxa seja variável, a taxa de justiça é liquidada no seu valor mínimo, devendo a parte pagar o excedente, se o houver, a final.

29		Não são cobradas nem devolvidas às partes ou outros sujeitos processuais as quantias cujo valor total e final seja inferior a:
	A	€ 10,20.
	B	€ 25,50.
	C	€ 51,00.
	D	€ 102,00.

30		Assinale qual o montante da taxa devida pela emissão de uma certidão em 2023, com 256 páginas:
	A	€ 102,00.
	B	€ 112,20.
	C	€ 124,40.
	D	€ 132,60.

31		Assinale qual é o valor da taxa de justiça devida num processo relativo à impugnação judicial da decisão sobre a concessão do apoio judiciário, instaurado em 2023, com a identificação do valor de € 30.001,00, ainda que o mesmo não tenha sido fixado.
	A	€ 51,00.
	B	€ 102,00.
	C	€ 306,00.
	D	€ 612,00.

32		Num determinado processo sumário, instaurado no decurso do ano de 2023, o arguido não contestou nem se opôs. Em sede de audiência e julgamento foi o mesmo condenado na pena de prisão de 100 dias, não tendo o juiz fixado a taxa de justiça. Assinale qual o valor dessa mesma taxa de justiça.
	A	€ 51,00.
	B	€ 102,00.
	C	€ 204,00.
	D	€ 306,00.

33		Das afirmações a seguir indicadas, assinale a que não corresponde a uma das modalidades de apoio judiciário.
	A	Nomeação e pagamento da compensação de patrono.
	B	Nomeação e pagamento de agente de execução.
	C	Pagamento faseado de taxa de justiça e demais encargos com o processo.
	D	Pagamento faseado da compensação de defensor oficioso.

34		Assinale qual o montante de taxa de justiça que foi paga, individualmente, pelo Autor e pelo Réu, numa ação de processo comum, iniciada em 2023, em que o autor pede que o réu seja condenado a pagar-lhe a quantia de € 120.200,00, que este contestou, sendo que na audiência preliminar o autor reduziu o pedido para € 100.000,00, montante que o réu aceitou pagar em frações de € 25.000,00, prescindindo o autor dos restantes € 20.200,00.
	A	€ 459,00.
	B	€ 510,00.
	C	€ 918,00.
	D	€ 1.020,00.

IV – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

35		Na nossa organização do sistema judiciário, quais são as profissões judiciárias? Assinale o que considera correto.
	A	Juízes; Magistrados do Ministério Público; Advogados e Solicitadores; Oficiais de Justiça.
	B	Juízes; Magistrados do Ministério Público; Advogados e Solicitadores; Advogados Estagiários; Oficiais de Justiça; Administradores Judiciários.
	C	Juízes; Magistrados do Ministério Público; Advogados e Solicitadores; Oficiais de Justiça; Administradores Judiciários; Agentes de Execução.
	D	Juízes; Magistrados do Ministério Público; Advogados e Solicitadores; Oficiais de Justiça; Administradores Judiciários; Administradores de Insolvência; Agentes de Execução.

36		Numa ação declarativa comum, intentada na instância central cível de Lisboa, foi indicada como testemunha do Autor, um recluso que se encontra no Estabelecimento Prisional do Porto. Designado dia para a audiência de julgamento assinale, das situações abaixo indicadas, de que forma pode a testemunha prestar o seu depoimento.
	A	A testemunha será ouvida por meio de equipamento tecnológico que permita a comunicação, por meio visual e sonoro, em tempo real, a partir do tribunal, do juízo, de instalação do município ou da freguesia, quando protocolado, da área do Estabelecimento Prisional.
	B	A testemunha pode prestar depoimento em qualquer inquérito ou processo judicial, independentemente do local onde se situe o tribunal ou juízo da causa, no estabelecimento prisional em que se encontra, através de equipamento tecnológico que permita a comunicação, por meio visual e sonoro, em tempo real.
	C	A testemunha será requisitada ao Estabelecimento Prisional e ouvida por meio de equipamento tecnológico que permita a comunicação, por meio visual e sonoro, em tempo real, a partir do tribunal mais próximo do EP.
	D	A testemunha que se encontre em situação de reclusão, poderá apresentar o seu depoimento por escrito, respondendo a quesitos que lhe forem formulados.

37		Compete aos juízos de execução exercer, no âmbito dos processos de execução de natureza cível, as competências previstas no Código de Processo Civil. Esta afirmação está correta?
	A	Não, além do que se indica faltam os processos de execução de natureza criminal.
	B	Não, além do que se indica faltam as competências previstas no Código de Processo Penal.
	C	Não, além do que se indica faltam as competências previstas no Código de Processo Penal e no Código do Processo do Trabalho.
	D	Sim.

V – REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS DE JUSTIÇA

38		Os movimentos ordinários dos oficiais de justiça são efetuados anualmente, no mês de junho, publicitando-se os lugares previsivelmente a preencher. Esta afirmação está correta?
	A	Sim.
	B	Não, os movimentos ordinários e extraordinários são efetuados no mês de junho.
	C	Não, os movimentos são efetuados nos meses de janeiro e de julho.
	D	Nenhuma das afirmações está correta.

39		Suponha que é técnica de justiça auxiliar e, em determinado dia, faleceu o marido da sua irmã. Assinale a afirmação que considera correta.
	A	Pode faltar justificadamente 2 dias, por se encontrar no 2.º grau da linha colateral.
	B	Não pode dar qualquer falta ao serviço, por se encontrar no 3.º grau da linha colateral.
	C	Pode faltar justificadamente 2 dias, por se encontrar no 3.º grau da linha reta ascendente.
	D	Nenhuma das afirmações está correta.

40		Suponha que tomou posse como técnico de justiça auxiliar e encontrava-se sozinho num determinado DIAP. A determinado momento, tropeçou e partiu um pé. Assinale o prazo que tem para participar esta ocorrência ao respetivo superior hierárquico.
	A	Imediatamente.
	B	Um dia.
	C	Dois dias.
	D	Cinco dias.